TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

ATA DE REUNIÃO

2ª Reunião Ordinária

Reunião de Análise da Estratégia – RAE

Comitê de Gestão Estratégica

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO		
26/07/2021	14h	Videoconferência

COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS	
Des. João Benedito da Silva	Coordenador do Comitê Regional de Priorização do Tribunal de Justiça da Paraíba -TJPB
Euler Paulo de Moura Jansen	Juiz Auxiliar da Presidência indicado pelo Presidente do TJPB
Fábio José de Oliveira Araújo	Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça indicado pelo Corregedor-Geral do TJPB
Antônio Silveira Neto	Juiz indicado pelo Diretor da Escola Superior de Magistratura do TJPB
José Falbo Abrantes Vieira	Diretor Administrativo do TJPB
Izabel Vicente Izidro da Nóbrega	Diretora de Economia e Finanças – DIFIN do TJPB
Einstein Roosevelt Leite	Diretor de Gestão de Pessoas do TJPB
Robson de Lima Cananéa	Diretor Especial do TJPB
Ana Caroline Leal Vasconcelos	Gerente de Projetos e Gestão Estratégica

PAUTA
1. Apresentação dos Indicadores do Planejamento Estratégico pela Gerente de Pesquisas Estatísticas; Apresentação dos Projetos dos Macrodesafios por cada magistrado responsável. 2. Debates 3. Encerramento.

DEBATES
Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de 2021, pelas 14h, reuniram-se por videoconferência os membros do Comitê de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB). Iniciados os trabalhos, o Des. João Benedito abriu a reunião cumprimentando a todo/as e informando que essa reunião tem a finalidade de avaliar os Projetos dos Coordenadores dos Macrodesafios, sendo essa avaliação quadrimestral, conforme Resolução nº 325/20 do Conselho Nacional de Justiça, bem como disse que está presidindo esse Comitê, uma vez que é o Presidente do Comitê de Priorização do 1º Grau. Ressaltou a importância da governança colaborativa, que é a meta da atual Gestão, a fim de que se possa ter um Judiciário Estadual, consoante os princípios insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988. Em seguida, passou a palavra ao Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, Des. Saulo Benevides. O Presidente do TJ/PB, após os agradecimentos, prosseguiu dizendo que é importante a participação de todo/as para que se possa planejar e avaliar o que já foi feito. A palavra foi repassada para Ana Caroline, Gerente de Projetos e Gestão Estratégica - GEPRO, a fim de que conduzisse a pauta. Ana Carolinel informou que essa é a segunda reunião deste ano, tendo a primeira ocorrida em abril, mas que, naquele momento, o Des. João Benedito estava impossibilitado de participar, tendo sido deliberado um prévio agendamento para que a próxima reunião aconteça pudesse acontecer no mês de setembro ou outubro, bem como falou sobre a criação de um grupo para facilitar o alinhamento das agendas das reuniões. Disse que a reunião de hoje está pautada em três tópicos: (1) Apresentação dos Indicadores do Planejamento Estratégico pela Gerente de Pesquisas Estatísticas; (2) Apresentação dos Projetos dos Macrodesafios por cada magistrado responsável; (3) Deliberação e encaminhamentos. Continuando, Carol informou que os Indicadores do Planejamento Estratégico são os responsáveis por medir como estamos em relação ao que planejamos, se chegamos ou não chegamos ao objetivo, além de explicar que os Projetos, que auxiliam a chegarmos aonde planejamos, são as iniciativas que o TJPB desempenha e patrocina para poder chegar ao objetivo traçado. Os indicadores são anuais e a apresentação deles será relacionada ao levantamento feito com comparação aos anos anteriores. Também registrou que essa Comissão é formada pela ESMA, Corregedoria, na pessoa do Dr. Fábio, Presidência, na pessoa de Dr. Euler, todos os Diretores da Gestão: Diretoria Especial, Administrativa, Finanças, Pessoas, DITEC e Gerência de Projetos e Gestão Estratégica, e é para acompanhar os avanços dos Projetos, a fim de verificar o que pode ser feito para ultrapassar barreiras, ressaltando que a maioria deles demandam a DITEC, que por sua vez já é muito demandada por outras questões. E, como sugestão, após conversa com Ney -DITEC, a Comissão poderia se reunir, sem a presença dos magistrados, para definir prioridades de tudo que é solicitado à DITEC. Registrou a importância dessa

reunião para mostrar à mesa diretora a situação do Tribunal, bem como pelo fato de ser um dos pontos de avaliação do Prêmio CNJ de Qualidade, que é feita através das Atas registradas. A palavra foi passada para Renata, Gerente de Pesquisas Estatísticas, que iniciou a apresentação dizendo que o Painel de Indicadores está sendo implementado pela equipe do BI e que a apresentação de hoje será numa planilha do excel, que segue como anexo desta Ata. Porém, disse que a próxima apresentação será no BI para ser mais dinâmica. Informou que alguns Indicadores ainda estão sendo implementados, pois depende da extração específica da DITEC. Terminada a apresentação, Renata disse que os indicadores que estão pendentes, serão apresentados na próxima reunião, depois que conversar com Ney - DITEC, pois alguns indicadores têm extrações mais específicas, além de que parte deles foram propostos pelo CNJ e ainda estão sendo feitas as adequações necessárias para poder fazer avaliação dos macrodesafios. A palavra foi dada ao Presidente do Tribunal, Des. Saulo Benevides, tendo perguntado se na próxima reunião poderiam ser apresentados os indicadores dos primeiros seis meses da atual Gestão, uma vez que seria importante para, em tempo, fazer alguma eventual correção de rumo, inclusive lembrou que está em recurso o indicador do “Ranking da transparência”. Disse que a atual mesa diretora está agindo em vários setores que têm repercussão nesses índices, como exemplo, tramitação de Processos Administrativos, que tem um grande volume. A Serventia extrajudicial, que sempre tem problema, entra como Processo Administrativo, além dos processos de licença para tratamento de saúde e dos precatórios. A Gerência de Qualidade de Vida - GEVID, depois de atender o pleito da atual Gestão, fez um mutirão e conseguiu zerar cerca de 640 processos que estavam paralisados na dependência de laudo. Em relação aos Precatórios, foram colocadas mais servidores para atuar junto com Dr. Giovani, totalizando cerca de 20 pessoas, e já iniciará o pagamento de aproximadamente 200 milhões em precatórios. Isso tudo se resume na dinâmica da Gestão e que repercutirá nesses índices. O Gabinete Virtual repercute no geral, e há um excelente trabalho que está sendo desenvolvido pelo Des. João Benedito, e também tem que resolver o problema de colocar juízes nas comarcas do sertão. Está dando ênfase à questão da conciliação, com a Des. Fátima, e está criando núcleos de conciliação. Informou que o Tribunal Pleno está praticamente em dia, pois chega e vai para pauta, sem demora. Disse que tem uma preocupação com o 2º Grau pelo volume de recurso, deixando os gabinetes abarrotados. Informou que cada Gabinete Cível recebe entre 450 e 500 processos por mês, o que deixa os gabinetes abarrotados. Na medida em que aumentou a produtividade no 1º Grau, os recursos subiram, inclusive porque no PJE a tramitação é bem mais rápida. Também está com ações muito boas no Fórum Cível da Capital, com Dr. Herbert, quanto à questão de agilizar o julgamento de processos, e que vai acontecer a implantação das secretarias das varas cíveis. Em relação à arquitetura, que não sabe dizer se entra no índice, mais ajuda no desenvolvimento, está com meta de reformar Fóruns, e não de construir, com um grande investimento financeiro no Fórum de Cajazeiras, no valor de R$ 500 mil reais. Também há investimento na área de informática, apesar de ter tido um problema com o Tribunal de Contas, pois houve uma interpretação errada de um Auditor, mas que teve a intervenção da competente Dra. Izabel, Diretora Financeira, que resolveu, e conseguiu fazer a compra de 8 mil computadores. Continuando, o Presidente disse que não teria a logística de receber essa quantidade de computadores de uma vez e isso também está sendo resolvido, bem como estão sendo solucionadas questões na área de informática, já que o PJE, de vez em quando, dá um problema, mas que está sendo objeto de aperfeiçoamento porque vai repercutir nos

índices do Tribunal. Assim, essa Gestão está atacando todos os problemas que possam atrapalhar as ações, bem como está mirando na atividade-fim do Poder Judiciário, que é julgar processo de modo dinâmico. Quanto à questão da ação social, serão inaugurados postos avançados na comarca de Itabaiana, que abrange cinco municípios, e que tem custo de praticamente zero para o Tribunal, pois as prefeituras entram num convênio com o Judiciário, sendo essa uma ação muito boa e duradoura e que tem um efeito prático e ágil, já que a pessoa, o advogado, dentro daquela comarca, pode perfeitamente trabalhar diretamente nos processos. Também temos o pagamento de custas pelo PIX, que vai agilizar muito, tendo recebido pelo whatsApp várias observações elogiosas dos advogados e, parece que também avançará para o pagamento do total de custas pelo PIX, o que facilitará muito. Ressaltou que o excesso de burocracia é um grande problema, e o que deve ser feito é abrir as portas do Judiciário para facilitar a vida do jurisdicionado. Por isso, a estratégia da Gestão é focar naquilo que é atividade-fim. Além disso, em relação ao índice de diminuição de despesas, só está sendo pago hora-extra para trabalhos excepcionais, depois de apresentar um projeto e demonstrar qual a necessidade, pois a obrigação é zelar pela legalidade e interesse relevante do serviço público. Por fim, ressaltando que o índice mais importante é dinamizar o julgamento de processos, e que, quando conseguir cumprir a meta nos 100 dias e julgar mais do que a demanda, o Judiciário estará muito bem, pois tem que visualizar a prioridade da Gestão, examinar e procurar dar uma solução naquilo que repercute na atividade-fim, e isso a atual Gestão está fazendo. A palavra foi retomada por Ana Caroline, dizendo que o CNJ estabeleceu várias áreas de ação para aperfeiçoar o Judiciário e isso é cumprir com a missão, que é dar maior celeridade aos julgamentos. O Justiça em números tem um indicador chamado IPC-JUS e deverá ser publicado em setembro de 2021, com ano base 2020, que mostra produtividade dos Tribunais. Desses indicadores, alguns estão vinculados ao Planejamento Estratégico, e tem um que concatena grande parte desses indicadores, que é verificar como o TJPB está aplicando seus recursos e entregando a Justiça. Ele avalia produtividade, orçamento, estrutura física e estrutura de pessoas, calculando a eficiência e comparando isso dentro de um mesmo lugar e, infelizmente, nas últimas edições apresentou que a estrutura era pesada, mas a produtividade não era entregue na mesma proporção. Por isso, ocorreram as desinstalações nas gestões anteriores, a fim de “enxugar a máquina”. Renata pediu a palavra e disse que, os indicadores de 2020 que foram apresentados, serão conjugados com 2021 e será possível perceber como o desempenho do TJPB, em comparação aos outros Tribunais, vai se comportar. Porém, de modo geral, na parte processual, o TJPB teve um desempenho muito bom, e mesmo nos indicadores que houve redução, por exemplo, magistrado por população, Varas por população, que são indicadores medidos indiretamente, apesar da diminuição, eles vão impactar no IPC-JUS positivamente, pois melhorou a produtividade com menos estrutura, o que mostra eficiência, produz muito com pouco. Passando para o ponto seguinte da pauta, Carol informou que cada magistrado apresentaria seu projeto, compartilhando tela de apresentação. Antes do início das apresentações, o Presidente do Tribunal aproveitou o ensejo e reafirmou seus agradecimentos aos magistrados que têm colaborado com a Gestão com projetos muito bons, exemplificando o projeto do juiz de Piancó. Após, iniciaram-se as apresentações dos magistrados coordenadores dos macrodesafios.

1) Dr. Alexandre Targino – Perspectiva: Sociedade - Garantias e Direitos Fundamentais - Projeto atermação eletrônica. Comunicou que foi formado grupo com outro magistrado e com representante da Defensoria Pública, OAB, servidor do 1º Grau, servidor do 2º Grau, tendo

decidido focar no acesso ao judiciário, com a criação de aplicativo, ferramenta que viabilize o encaminhamento das pessoas hipossuficientes para DP, escritórios conveniados, com perspectiva de fomentar a conciliação. O Projeto se concretizará a partir de três elementos: criação da ferramenta eletrônica com a TI; reformular ou estabelecer convênio com essas instituições; e regulamentar o funcionamento desse mecanismo. Já foi feito o levantamento dos requisitos para o desenvolvimento dessa ferramenta e, apesar de ser viável, conforme Robson e Ney, o projeto foi submetido à coordenação de gestão e governança da tecnologia da informação para priorização. Porém, como o Presidente, Des. Saulo já determinou as prioridades, será iniciada uma espécie de linha de produção dessa ferramenta informatizada, com reunião marcada para o dia 30 de julho, a fim de levar os requisitos para essa ferramenta. Também foi feito o levantamento de todos os convênios do Tribunal, tendo verificado que alguns precisarão ser aditados e outros precisarão ser criados novos convênios, por exemplo, com a Defensoria Pública. E, no aspecto da conciliação, será feita reunião no dia 11 de agosto com o coordenador do CEJUSC, para pensar, dentro deste sistema, facilitar a composição das partes. Após a criação a ferramenta, iniciará o teste piloto e, estabelecidos os convênios, fazer a regulamentação.

2) Dra. Maria Aparecida (Coordenadora do projeto) – Perspectiva: Sociedade - Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade. O projeto trata da realização de Pesquisa sobre o Poder Judiciário, que visa fazer um levantamento da impressão da sociedade, com relação aos serviços do Poder Judiciário. Na última reunião foram apresentados as tratativas e tentativas de realização de convênios com as universidades, minorando as despesas do Tribunal, mas não houve sucesso, além de demandar muito tempo para elaboração dos convênios e, também, não eximiria o Tribunal de arcar com despesas, mesmo se tratando de universidades públicas. Durante o processo obteve informação de Ana Caroline e Renata de que o CNJ estaria produzindo pesquisa em rede nacional e decidiu-se demandar o CNJ para saber se a pesquisa nacional seria segmentada por estados, pois poderia indicar a desnecessidade da pesquisa local. A resposta do CNJ foi no sentido de que somente seria implementada no próximo ano e que indicou fortemente que o Tribunal mantivesse a pesquisa local, por causa da capilarização dos entrevistados e também das peculiaridades do TJPB. Reafirmação do CNJ de que esse projeto precisa ser adotado pelo TJPB. Com essa premissa, iniciou-se o procedimento de contratação da empresa e já foi preenchido o formulário de requerimento da contratação, tendo a Presidência sido oficiada e informada da necessidade da contratação, e aguarda-se os próximos passos para que a pesquisa seja viabilizada.

3) Dr. Fábio Brito – Perspectiva: Processos internos - Agilidade na prestação jurisdicional. A sugestão em desenvolver esse tema convergiu com a ideia do Des. Fred, quando assumiu a Corregedoria, para preparar um curso sobre Gestão, no sentido *lato sensu.* Esse curso já está formatado, as inscrições terminaram com boa adesão e foram oferecidas 40 vagas. A primeira turma é destinada aos magistrados e acontecerá durante todo o mês de agosto. Porém, ao seu término, poderá ser renovado com turmas tanto para magistrados como para servidores chefes de cartório. Ressaltou que, em relação aos indicadores que foram trazidos, temos alguns números deste ano, a Meta 5 exigida pelo CNJ é de 2% de redução na taxa de congestionamento, mas o TJPB conseguiu ousar e propôs uma meta de 4%. Observando os indicadores do CNJ, vê-se que o TJPB terminou dezembro com 63,23, e a meta de dezembro de 2022 é 61,23, e o mês de junho fechou com uma redução de 62, conseguindo já baixar 1,2% e, nesse ritmo bateremos a Meta do CNJ. Informou que foram distribuídos 118.755

processos e arquivados 140.000, e isso é uma crescente, pois a cultura do arquivamento foi internalizada, principalmente com o incentivo aos servidore/as.
4) Dr. Jailson – Perspectiva: Processos internos - Enfrentamento à corrupção e à Improbidade administrativa – foi apresentado por Dr. João Lucas, tendo em vista a impossibilidade de Dr. Jailson por questões médicas. O foco, neste momento, é na improbidade administrativa. Em relação a estudar os processos de improbidade administrativa em gabinetes virtuais, houve contato com Dr. Jeremias que, por sua vez, fará contato com Des. João Benedito para saber se há essa possibilidade, pois talvez não houvesse quantidade suficiente de tais processos conclusos em gabinete para atuar em gabinete virtual. Quanto a julgar 70% dessas ações de improbidade administrativa, é aguardar a atuação da Meta 4, que já está atuando, e o resultado só poderá ser avaliado melhor no final do ano. Em relação à atuação das tarefas imediatas quanto à atuação administrativa, encontrou-se dificuldade no ponto que é para solicitar indicação de servidor/a que controle os prazos dentro de cada serventia. Foram expedidos ofícios, mas não nem todos foram respondidos ainda. Disse que, em se tratando de dificuldade, Dr. Jailson pediu-lhe que informasse a dificuldade sobre o pagamento de hora-extra a/o servidor/a responsável por esse acompanhamento e, caso não seja viável, será buscada outra solução. O Presidente, Des. Saulo Benevides, lembrou que precisa de projeto e, conforme orientação de Dr. Euler, a hora-extra é serviço extraordinário que não pode ser feito no horário do expediente. Também ressaltou que planeja criar uma Vara Estadual Especializada na Capital para tratar da temática, com servidore/as treinados, porque são processos muito complexos. Após a informação do Presidente, foi dito que a ideia apresentada pelo grupo coordenado por Dr. Jailson é exatamente na mesma linha do que foi trazido pelo Presidente, pois a sugestão é que se inicie estudo pelo TJPB para criação da Vara Especializada ou criação de cartório unificado estadual para cuidar de forma específica desta demanda, sendo o Des. Márcio um entusiasta, e que os ofícios já estão prontos para serem encaminhados à Presidência, após revisão e assinatura dos mesmos. Em relação à tarefa de dar conhecimento aos juízes acerca da monitoração dos indicadores estratégicos, todos os magistrados, em tese, já estão cientes.
5) Dra. Ivna - Perspectiva: Processos internos – Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos . Disse que é preocupante o que está foi mostrado nos indicadores, pois houve involução no ano passado, mas que a impressão é que foi impulsionado pela pandemia. Carol tomou a palavra e disse que esse indicador é o número de conciliação em relação ao total de sentenças proferidas, tendo Renata complementado que acaba distorcendo um pouco pelo crescente aumento de sentença. O projeto assume especial relevância porque pode ser um meio de incrementar os números do Tribunal, retomando à posição anterior, que era confortável. O grupo de trabalho pensou em três projetos: cidadania; formação e justiça restaurativa e o que está diretamente ligado à conciliação (startup da conciliação), e é uma forma de proporcionar às partes a possibilidade de realização de acordos sem gerar ônus para o Tribunal, poupando esforço para juíze/as e servidore/as. Inicialmente, foi feita minuta da resolução para viabilização do projeto, que sofreu modificação, após interlocução com DITEC, e mas já está no NUPEMEC para decisão. Assim que a minuta for votada e aprovada, já poderá passar para a fase da execução. Destacou que teve muito receptividade juntos aos setores, dando destaque ao trabalho de apoio da GEPRO. Com a palavra, Izabel – DIFIN, destacou a importância desse projeto para poder cumprir o que foi estabelecido nas leis orçamentárias, porque no Plano Plurianual, que

é planejamento constitucional de médio prazo, o Tribunal colocou o aumento de 1% ao ano no índice das conciliações, e foi firmado compromisso legal para aumentar o número de conciliações em até 5%, até o exercício de 2023.

6) Dr. Leonardo - Perspectiva: Processos internos - Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios. Os objetivos propostos foram pensados pelo grupo, em primeiro lugar o manejo correto das movimentações processuais, para que se possa balizar em dados confiáveis e, para isso, foi feito vídeo junto à DITEC, com apoio de Alisson, mostrando ao cartório, a/o assessor/a e a/o próprio/a juiz/a de como é feita a movimentação correta dos processos que são afetados para julgamento no TJPB, STJ ou STF. O passo seguinte seria um alerta, uma conscientização por parte de todos os operadores do sistema de justiça sobre a importância do sistema de precedentes, no sentido de conferir racionalidade e segurança ao sistema e, para isso, pensou-se na realização de webinário dessa temática, com um olhar voltado à prática e para questões que suscitam mais dúvida na doutrina e na jurisprudência. Foi estabelecido contato com a ESMA/PB, na pessoa de Dr. Silveira, e provavelmente será em setembro. A questão que mais se apresenta como desafiadora desse Macrodesafio seria o desenvolvimento de uma ferramenta com alertas para auxiliar na identificação dos processos que estejam afetados. E esse tipo de solução mexe com a atividade-fim do/a magistrado/a, sobretudo nas Unidades de Vara Única, que tem competência ampla. Essa ferramenta vai em direção a diminuir o tempo de julgamento entre o processo afetado e a aplicação da tese. Essa ferramenta já está sendo trabalhada junto com Alisson e Marconi - DITEC e, até o final do ano isso possa estar sendo aplicado ao PJE. A palavra foi passada foi para Des. Benedito que disse para tentar junto à DITEC esse trabalho de busca nos precedentes em nosso próprio Tribunal, pois traz segurança jurídica e facilita as soluções das demandas que são postas nas decisões. Passando a palavra para Ney – DITEC, ele comunicou que teve acesso a um serviço do CNJ que monitora esses precedentes nas cortes superiores, e vai tentar implementar um serviço que consuma essa informação toda vez que um precedente desse for julgado pelos tribunais superiores, de modo que possa ser captada essa informação e identificados os processos que estejam afetados. A partir daí, alertar dentro do PJE a possibilidade do/a magistrado/a ou o próprio cartório analisar se aquele processo deve ser encaminhado para julgamento de precedente, como também fazer controle toda vez que esses processos forem afetados, poder alimentar de forma automatizada as bases de dados no CNJ, já que o TJPB ainda faz de forma artesanal, com a utilização de planilhas. Informou que já está em conversa com a equipe para pensar as formas de implantação dessa ferramenta.

7) Dra. Ana Amélia – Perspectiva: Processos internos – Promoção da sustentabilidade – O projeto prioritário, que está fluindo bem e em conformidade com o cronograma, diz respeito à capacitação de Gerentes de Fóruns e Chefes de Cartórios Unificados. Pretende-se dar um cunho prático, desenvolvendo práticas ambientais para que os Gerentes de Fóruns possam promover planos de ações. Para isso, foi elaborado um curso de capacitação, que será realizado pela ESMA e pela Escola de Servidores Públicos - ESPEP, integrando 03 oficinas chamadas “Caminhos para a sustentabilidade no Judiciário”, que acontecerão antes do início do curso e tem previsão para novembro. As oficinas tem o intuito de despertar a sensibilidade e promover interação socioambiental do/as servidore/as, incentivando uma mudança de cultura e atitudes eficientes. Além disso, tem o plano de logística sustentável implantado na Gestão do Des. Márcio Murilo, que merece ser conhecido por todos. O maior desafio é o envolvimento de todo/as.

8) Dr. Rodrigo Marques - Perspectiva: Processos internos – Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal – O PJE criminal é algo novo e precisa ser estudado amplamente para poder aperfeiçoar o sistema de justiça criminal e ser melhor aproveitado por todos o/as magistrado/as. Para tal aperfeiçoamento, foi formado um grupo formado por juíze/as criminais, em prol da efetivação do processo criminal. Inicialmente, a tarefa foi relacionar as classes processuais criminais passíveis de alerta de prazo, pois no PJE criminal, notadamente, o juiz/a tem prazo para tudo, e um descumprimento de prazo representa soltura ou prescrição. A partir disso, o grupo pensou em relacionar classes e eventos processuais criminais passíveis de validação de alertas ou prazos e, para identificar essas tarefas o processo crime foi dividido em três partes, com várias ações: auto de prisão em flagrante – verificar se foi concedida fiança pela autoridade policial, evitando a remessa do auto de prisão em flagrante para a custódia; controle de prazo para a realização de audiência de custódia em 24 horas; controle de prazo para o protocolo do inquérito policial pela autoridade policial; controle de prazo para oferecimento de denúncia, pois não deixa o Ministério Público livre das amarras processuais, controle de prazo para revisão da prisão preventiva, que hoje deve ser realizado a cada 90 dias. Quanto à ação penal – controle de marcos temporais para fins de prescrição; validação e expedição da guia de recolhimento provisório, após recurso da sentença condenatória; validação do arquivamento do processo com sentença condenatória só após a expedição de guia; controle de prazo para duração razoável do prazo, em relação ao cumprimento de metas do CNJ; controle de prazos com carga ou remessa virtual, e essas tarefas estão 100% cumpridas. A missão da otimização e integração da interoperabilidade entre MP e TJPB, pois não adianta pensar o processo penal eletrônico se o MP não estiver operando dentro deste processo. Deste modo, há necessidade de padronizar essa ferramenta dentro do MP, para que haja movimento das peças corretas. Houve várias reuniões entre o pessoal do TJPB e os técnicos da Tecnologia da Informação do MP, a fim de otimizar essa integração para a operabilidade. Enalteceu as participações dos técnicos de informática envolvidos nessa missão, citando os nomes de Ney Robson, Marconi Edson, Samuel Rodrigues, Alisson do TJPB e, pelo MP, Jonathan, Daniel, Viviane e Eduardo Rivas, e disse que essa ação permitiu cumprir 90% da missão. Apresentou outra meta que é referente ao Levantamento dos requisitos da questão cartorária eficiente, explicando que isso é a gestão cartorária que trabalha para evitar a prescrição do processo crime, pois significa a bandeira negra para o Juiz/a, Ministério Público e Estado, pois é o luto do processo e não se pode deixar isso acontecer. E com esse objetivo, foram levantados requisitos para controle, em especial, nas hipóteses de suspenção do processo penal ou dos processos da infância e juventude nos marcos temporais de prescrição, e também a implementação de tarefas de “aguarda captura” ou “aguarda busca e apreensão”, com o objetivo de evitar que os processos cheguem à prescrição, sem os alertas devidos. A quarta meta é implementação de marcos quanto aos prazos de processos de réu preso, e foram selecionadas algumas validações e mecanismos de alerta no PJE, a fim de facilitar e evitar a prescrição, por exemplo, o controle do auto de prisão em flagrante, se foi paga a fiança na delegacia, o auto de prisão não vai para custódia, e isso o processo eletrônico vai fazer. Para o controle do prazo de 24 horas para a realização da audiência de custódia, alertas serão emitidos caso se ultrapasse esse prazo. O controle do auto de prisão em flagrante de inquérito há mais de 30 dias, o Judiciário vai ter como saber que os inquéritos estão com o prazo de conclusão de relatoria ultrapassados. O controle de prazo para revisão de prisão preventiva, o sistema dará os alertas necessários, a cada 90 dias. O controle na remessa de

Apelação, que não sobe mais à Câmara Criminal se não for expedida a guia de cumprimento de pena provisória, o sistema acusa e impõe ao magistrado/a o cumprimento. O controle de arquivamento de processo criminal vai ter alerta no PJE Criminal se existe uma guia de cumprimento de pena a ser expedida, como também se existe um mandado do banco nacional de mandados de prisão a ser inserido. Tudo isso favorece, otimiza e facilita o trabalho dos juíze/as e essa meta já foi atingida em 70%. Em relação aos perfis para os gestores do PJE, já que o/a juiz/a não trabalha só, notadamente com Executivo, nas delegacias, cadeias públicas, prisões, e essas pessoas precisam estar cadastradas no PJE para que a comunicação em recebimento e devolução de expedientes seja toda dentro do PJE e nesse desiderato está sendo feito ainda um trabalho profícuo de criação de perfis de gestores e, nesse particular, já atingiu 30% desse objetivo. Outra meta é implementar solução para definir marcos temporais no processo criminal, estando definida em 30%. Por fim, a realização de capacitação no PJE para servidore/as, juíze/as e todos que queiram trabalhar com o PJE, envolvendo MP e todos que acessam o sistema e essa capacitação será realizado por Ney, em rodadas de seminários temáticos, com o objetivo de popularizar o trato dessa ferramenta, que é o PJE Criminal. A palavra foi passada para Dr. Euler, fazendo um alerta que a DITEC, ainda não mapeado no projeto trazido por Dr. Rodrigo, mas que seria o certo, é a certificação criminal, pois todo processo distribuído terá a Certidão Criminal, que é a mais abrangente, e que será automaticamente juntada nos processos distribuídos, e ainda tem a opção para o/a servidor/a, a pedido do/a juiz/a, poder juntar, e isso corrobora com o aperfeiçoamento do PJE para os processos criminais. Dr. Rodrigo agradeceu e acolheu a proposta que será levada ao grupo, sendo de muita utilidade. Com a palavra, o Presidente do Tribunal agradeceu e enfatizou que os processo criminais é uma preocupação da Gestão, a questão da prescrição, bem como a dinamização do julgamento desses processos, pois isso é uma cobrança da própria sociedade. Interessante criar os meios necessários para que o/a juiz/a criminal tenha condições de agilizar esse julgamento e todas as ações em torno dessa perspectiva, estabelecendo premissas e cumprir metas. Retomando a palavra, Ana Caroline informou que o último macrodesafio que compõe a Perspectiva: Processos internos é o Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária, e que não haverá apresentação, apesar de ter tido iniciativa de proposta para ele, mas não avançou e que pode ser alvo de uma pauta de reunião interna dentro da Comissão de Gestão Estratégica, com o Des. João Benedito, demais Diretores e membros, inclusive é algo que o colega Sidney, Gerente do Controle Interno quer muito que avance. Após a informação de Ana Caroline para fins de ciência da Presidência, passou-se para o próximo macrodesafio, que corresponderia ao décimo, caso o nono macrodesafio tivesse avançado.

9) Dr. Gustavo – Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento - Aperfeiçoamento de Gestão de Pessoas. Para esse macrodesafio foi sancionado como prioridade pelo TJ a ampliação do índice de capacitação de magistrado/as e servidore/as. Começou fazendo o levantamento de todos os cursos ofertados e também como se deu a procura por ele/as. Houve grandes dificuldades, apesar de todos empenho de Dr. Silveira e da ESMA, mas lá os dados não eram consolidados, eram muito esparsos, inclusive com acompanhamento de Carol e Lígia, com muitas informações incompletas nos arquivos. Conseguiu-se avançar com a comunicação com as entidades de classe de magistrado/as e servidore/as para que apontassem cursos de interesse e teve alguma adesão, mas na classe de magistrado/as uma adesão baixa, bem como a ESMA também fez esse levantamento e vamos aproveitar esse dado. Houve uma evolução, mas sem a consistência desejada, levantando dados quantitativos e qualitativos

do/as servidore/as e magistrado/as participantes dos cursos ofertados. Também estamos encontrando dificuldade em levantar o perfil dos magistrado/as que participam dos cursos, mas que Dr. Silveira e equipe da Gerência de Projetos têm trabalhado nisso, porque pode ser visto na apresentação dos indicadores que houve uma queda no ano passado nos índices de capacitação, que podem ser explicados pela pandemia. A partir desse levantamento, está se pensando numa forma de estimular a participação das categorias para que a ESMA, que já vem fazendo isso, ofereça cursos que sejam atrativos, a fim de fazer a divulgação para adesão e a consequente ampliação desse índice de forma satisfatória para atender os objetivos do macrodesafio.

10) Dr. Jeremias - Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento – Fortalecimento da Estratégia Nacional do TIC e Proteção de Dados. Iniciou falando da satisfação de participar dessa reunião, que é estratégica, definindo rumos e avaliando a posição do TJPB no contexto nacional, além de ser prestação jurisdicional mais efetiva. Esse macrodesafio ficou responsável por duas iniciativas: a estruturação de Centro de Inovação e Inteligência do TJPB e o Acompanhamento do Índice de Tecnologia. Apesar de Carol ter informado do avanço na área da tecnologia Tribunal, esse índice tem prejudicado um pouco por conta do atraso no CNJ em divulgar o índice novo a partir da nova perspectiva para os próximos anos. Assim, trabalha-se sem saber quais os critérios que serão definidos, já que em agosto se inicia a consulta pública aos Tribunais para implementar o novo índice para os próximos quatro ou cinco anos. Fica-se amarrado em relação a esse ponto pois espera-se a demanda do CNJ. Quanto ao Centro de Inovação e Inteligência do TJPB, a Comissão da LOJE aprovou a Resolução que foi encaminhada e foi aberto prazo para emendas regimentais, tendo sido feitas duas emendas pelo Des. Frederico, que melhoraram o projeto, inclusive uma emenda que coloca a estrutura da Corregedoria e que possivelmente está no gabinete de Dr. Euler para encaminhamento para pauta administrativa. Esse Centro será o lugar onde poderá se pensar de forma cooperativa com a sociedade ou por iniciativas que tanto assoberbam a DITEC. A idéia do Centro é para pensar inovação dentro do TJPB e gerar maior efetividade da prestação jurisdicional. Por exemplo, o que Dr. Leonardo trouxe dos recursos repetitivos, há de fato os três indicadores apresentados por Renata que se referem a uma atualidade do Judiciário e que demora na identificação das demandas repetitivas julgadas pelos Tribunais Superiores. Essa iniciativa esta sendo pensada diretamente com a DITEC, mas no Centro pode ser ampliado isso, inclusive com a proposta feita pelo Des. João Benedito para trazer a ferramenta que possa gerar mais celeridade na identificação dos recursos repetitivos com repercussão geral também dentro do Centro com a avaliação das demandas da jurisprudência local. Espera-se a formalização do Centro para que outras iniciativas possam avançar, mas que já está sendo feito contato com universidades, que ficam encantadas, já que o Tribunal é uma massa dados gigantesca que dentro da proteção relacionadas à LGPD, pessoas querem trabalhar gratuitamente, ao menos a academia dentro do Tribunal porque isso pode gerar muitas pesquisas de idéias e ferramentas de celeridade processual. Em relação ao cenário nacional, trouxe a preocupação, já que o TJPB está atrasado, vez que outros Tribunais já trabalham de forma cooperativa em questões de taxa de congestionamento e aumento de produtividade, por isso precisa correr para organizar muita coisa, como fluxo de trabalho, mas que tem certeza de que a atual Gestão formalizará esse Centro ainda esse ano, para que também possa trazer contribuição e celeridade, assim como vem acontecendo com a criação do Gabinete Virtual. O Presidente informou que o Processo Administrativo sobre a criação do Centro de Inovação e Inteligência do TJPB já está

com Dr. Euler para examinar, a fim de que possa ser encaminhada a Resolução para criação. Retomada a pala por Carol, ela ressaltou a necessidade de criação do Centro, pois é mais um ponto para o Prêmio CNJ Qualidade desse ano e, antes de passar a palavra para o coordenador do último macrodesafio, Dr. Jeremias informou que, informalmente, uma vez que talvez seja a tônica da horizontalidade desse Centro, já se conseguiu uma parceria com a Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, através do Professor Claudio Lucena, um dos expoentes que tratam de Livre Design, sobre facilitação de linguagem, comunicação do judiciário, comunicação interna etc, e foi feita, gratuitamente, oficina que incluiu vários setores desse Tribunal como DITEC, Estatística e Gerência de Projetos.
11) Dr. Gilberto - Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento – Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira. Disse que foram três projetos discutidos: 1) Especialização do Setor para recolhimento, cálculo e cobrança de custas finais; 2) Aperfeiçoamento da fiscalização das serventias extrajudiciais e o impacto financeiro decorrente desse incremento da fiscalização; 3) Aplicação de recursos públicos de forma eficaz e eficiente com convênios com universidades para realização de perícias. Disse que foi designado como coordenador e falou do projeto escolhido - Especialização do Setor para recolhimento, cálculo e cobrança de custas finais - e, na montagem do grupo de trabalho quem ficou à frente foi Dra. Andréa, que é grande especialista no assunto de Custas do TJPB, juntamente com o assessor Gustavo, que é da 1ª Vara cível de Campina Grande e é membro do Comitê Orçamentário. Com o trabalho desse Setor, foi identificada a grande diferença entre Unidades de mesma competência e muitas vezes dentro da mesma região geográfica da verificação do recolhimento das custas finais. Trouxe exemplo das Varas Cíveis da Capital com maior e menor arrecadação, dizendo que entre elas há uma diferença de cerca de 16 vezes maior nas custas finais do ano passado, tendo a maior arrecadado o valor de 204 mil reais e a menor arrecado o valor de 13 mil reais, uma diferença na faixa de 5,98% na arrecadação. O projeto visa analisar as causas dessa diferença para poder equalizar. Para tratar de forma isonômica em nível estadual, pois é de grande importância para o Tribunal porque é uma das partes de receita própria – custas finais -, foi pensado pela comissão em ter um Setor próprio e de forma eficiente, após regulamentação jurídica e formal, em primeiro lugar, e, depois, uma regulamentação material. Na formulação do termo jurídico, após verificar se vai ser uma Resolução da Presidência ou do Pleno, ainda está em trabalho pelo projeto. Em relação à regulamentação física, com apoio forte de Ney e equipe da DITEC, já foi verificado que há um fluxo próprio para esse recolhimento, pois estavam sendo arquivados os processos sem o atendimento das custas finais. Para evitar isso, vai ser criado um novo fluxo no PJE para que a Unidade arquive o processo, mas com custas pendentes e, automaticamente esse processo virá para o Setor Especializado. O processo fica arquivado na Unidade, e é como se fosse uma cópia nesse novo fluxo que vai tramitar em paralelo nesse Setor. Se tiver alguma pendência, o processo pode ser desarquivado na Unidade e fica independente o fluxo do tratamento das custas judiciais, sendo feito.feito cálculo e cobrança. Se não surtir efeito, haverá comunicação tanto para a Procuradoria do Estado como também com o protesto da dívida nos cartórios extrajudiciais. Também precisa de formação para a equipe de servidore/as e que tenham conhecimento do que estão fazendo e mais eficientes no cumprimento das decisões judiciais e, o fluxo judicial vai ser tratado nessa Resolução para ser designado magistrado/as para essa função, inclusive o fluxo de despachos e decisões estão prontos com modelos do PJE. Já existe projeto-piloto sendo desenvolvidos nas 1ª e 9ª Varas Cíveis de Campina Grande com esse fluxo do PJE e já foi formata a equipe, logo mais,

quando for validado esse laboratório na questão da eficiência, será estendido para todo o Estado. Dr. Euler seguiu com a palavra informando que as horas-extras dessa equipe já foram, de pronto, deferidas pelo Presidente do TJPB. Ressaltou que a DITEC está tentando vencer todas as questões prioritárias e esse trabalho vai dar direcionamento para saber se o ideal vai ser a criação de um Setor Especialização ou não, dizendo que o ideal é no sentido de criar Setor específico. A palavra foi passada para Izabel – DIFIN, trazendo a importância desse projeto e o resultado dele, especialmente considerando o aumento na arrecadação de custas, com uma arrecadação recorde no mês de junho desse ano no valor de 10 milhões e 500 mil reais no Fundo Especial do Poder Judiciário – FEPJ, que são receitas próprias do Poder Judiciário, com percentual de aumento em relação ao ano de 2019 de 104%, comprovando o fruto desse trabalho, desconsiderando o ano atípico de 2020. Após, Dr. Gilberto destacou que apenas coordena o projeto, já que o trabalho, de muita relevância, está sendo feito por Dra. Andréa, juntamente com o assessor Gustavo. Esclareceu a dúvida do Des. João Benedito dizendo que esse Setor Especializado será centralizado em nível estadual, a fim de unificar e padronizar os procedimentos, após verificar se ele vai ser eficiente. O Presidente, após agradecimento, disse que precisa ficar atento à cobrança de custas, pois há pedido de isenção de custas, que não tem sentido, haja vista a parte ter condição financeira para arcar com o valor. Por fim, fez registro da presença do Gerente de Controle Interno, Sidney Brito, dizendo que ele tem um excelente currículo e está fazendo um excelente trabalho, pois está com a incumbência de autorizar ou não autorizar quando a questão envolver despesas que podem gerar problemas. Também falou do excelente trabalho de Izabel, que é Auditora do Tribunal de Contas, bem como da eficiente ação de trabalho desenvolvido por Ana Caroline, Gerente de Projetos e Gestão Estratégica. Em seguida, Ana Caroline retomou a palavra e foram dados os encaminhamentos.

Encaminhamentos:

1) Reunião da Comissão para definir prioridades de tudo que é solicitado à DITEC
2) Próxima reunião no mês de setembro de 2021

Por fim, o Presidente do TJPB agradeceu a todo/as e destacou o trabalho do/as magistrado/as, declarando encerrada a reunião.

OBS.: SEGUE ANEXA PLANILHA DO PAINEL DE INDICADORES APRESENTADO PELA GERÊNCIA DE PESQUISAS ESTATÍSTICAS.

Ata validada por todos os membros, **datada e assinada** eletronicamente pelo Presidente do Comitê, com apoio da Gerência de Projetos e Gestão Estratégica.

JOAO BENEDITO DA SILVA:4682548

Assinado de forma digital por JOAO BENEDITO DA SILVA:4682548
Dados: 2021.08.11 12:39:40 -03'00'

Desempenho TJPB
Indicadores do Planejamento Estratégico

Gerência de Pesquisas Estatísticas

MACRODESAFIOS

Garantia dos Direitos Fundamentais

Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade

Agilidade na Prestação Jurisdicional

Enfrentamento à Corrupção, À Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais

Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos

Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios

Promoção da Sustentabilidade

Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal

Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

MACRODESAFIO	INDICADORES RELACIONADOS	2017	2018	2019	2020
Garantia dos Direitos Fundamentais	***IAJ - Índice de Acesso à Justiça - ser desenvolvido pelo CNJ***				
	Tempo médio de decisão	*Em implementação*			
	Taxa de magistrados na população	0,0070%	0,0069%	0,0067%	0,0066%
	Taxa de varas na população	0,0061%	0,0061%	0,0056%	0,0053%
	CN 1º grau por 100 mil habitantes	8.581	8.247	9.009	6.718
	Casos novos eletrônicos em relação aos casos novos total	78,67%	80,43%	84,95%	94,20%

MACRODESAFIO	INDICADORES RELACIONADOS	2017	2018	2019	2020
Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade	Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário	*Em implementação*			
	Desempenho no Ranking da Transparência	-	47,37%	77,21%	85,27%

MACRODESAFIO	INDICADORES RELACIONADOS	2017	2018	2019	2020
Agilidade na Prestação Jurisdicional	Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais	93,66%	95,39%	89,80%	
	TCL - Taxa de Congestionamento Líquida, exceto execuções fiscais	71,25%	73,51%	69,81%	
	IAD - Índice de Atendimento à Demanda	111,93%	100,66%	112,77%	137,54%
	Tempo de Tramitação dos Processos Pendentes, considerando as fases dentro do Judiciário	3,83	3,97	4,09	

*Indicadores em destaque sendo finalizados.

MACRODESAFIO	INDICADORES RELACIONADOS	2017	2018	2019	2020
Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos	Índice de Conciliação	7,64%	6,89%	6,42%	
	Índice de Realização de Audiências no CEJUSC				
	Índice de Casos Remetidos para Câmara de Conciliação/Mediação				
	IC334 - Índice de Realização de Audiências no Art. 334 do CPC				

*Indicadores em destaque sendo finalizados.

MACRODESAFIO	INDICADORES RELACIONADOS	2017	2018	2019	2020
Promoção da Sustentabilidade	IDS - Índice de Desempenho de Sustentabilidade	59,40%	54,60%	50,00%	49,80%

MACRODESAFIO	INDICADORES RELACIONADOS	2017	2018	2019	2020
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	Índice de Absenteísmo-Doença	3,05%	2,41%	1,42%	0,62%
	PRQV - Percentual da Força de Trabalho Total Participante de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho	44%	47%	47%	48%
	Índice de Capacitação de Magistrados	93%	38%	20%	13%
	Índice de Capacitação de Servidores	16,40%	23,40%	92,00%	79%

MACRODESAFIO	INDICADORES RELACIONADOS	2017	2018	2019	2020
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	IDOB - Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias	-	95,01%	92,08%	92,22%
	IEDD - Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias	-	95,30%	75,63%	51,21%
	IEP - Índice de Execução das Dotações para Projetos	-	0,0%	0,0%	0,0%

MACRODESAFIO	INDICADORES RELACIONADOS	2017	2018	2019	2020
Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	IGovTIC-JUD (indicador da TI) - avalia governança, gestão e infraestrutura de TIC				0,91
	Percentual de Casos Eletrônicos sobre o Acervo Total	56,77%	65,80%	77,67%	81,52%

*Indicadores em destaque sendo finalizados.